

PROFESSORES E PROFESSORAS PÚBLICAS DE PRIMEIRAS LETRAS EM COTIA (SP, 1870-1885): TRAJETÓRIAS DOCENTES E ESTRATÉGIAS DO OFÍCIO DE ENSINAR

MALE AND FEMALE TEACHERS OF PRIMARY PUBLIC SCHOOLS IN COTIA (SP, 1870-1885): TEACHERS' TRAJECTORIES AND STRATEGIES OF TEACHING AS CRAFT
PROFESORES Y PROFESORAS PÚBLICAS DE PRIMERAS LETRAS EN COTIA (SP, 1870-1885): TRAYECTORIAS DOCENTES Y ESTRATEGIAS DEL OFICIO DE ENSEÑAR

Fernanda Moraes

Professora de História do Estado de São Paulo

Diana Vidal

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Resumo: Este artigo apresenta 14 docentes públicos que lecionaram entre os anos de 1870 e 1885 em Cotia, município caipira do entorno de São Paulo. Detalha suas áreas de atuação na docência e em outros setores da sociedade, com destaque a um professor e uma professora que ficaram responsáveis pelas Primeiras Cadeiras de primeiras letras por mais de 25 anos, formaram um casal na vida privada e lecionaram na mesma casa. As principais fontes utilizadas foram relatórios de professores, de governo e de inspetores, jornais, livros de matrícula, dados demográficos, certidões de batismo e casamento e ofícios diversos. Está dividido em três partes. Na primeira discorre sobre Cotia e a cultura caipira. A seguir, debruça-se sobre o casal docente. Por fim, apresenta os demais dez professores e duas professoras que, no período estudado, assumiram cadeiras no município.

Palavras-chave: história da educação, professor de primeiras letras, Brasil Império, escola pública.

Abstract: This article introduces fourteen public primary teachers who had taught from 1870 to 1885 in Cotia, a *caipira* (country) municipality around São Paulo. The aim is to examine their teaching practice as well their engagement in other sectors of society and focus on a male and a female teachers who were responsible for the First masculine and feminine schools for over than 25 years. They formed a couple in their private life and taught in the same schoolhouse. The main sources were reports from teachers, government and inspectors, newspapers, enrollment books, demographic data, baptismal and marriage certificates, and letters. The article is divided into three sections. In the first one, we present Cotia and the *caipira* culture. Next, we explore the trajectory of the teaching couple. Finally, we highlight some information about the ten other male teachers and two female ones.

Keywords: history of education, primary teachers, Empire of Brazil, public school.

Resumen: Este artículo presenta catorce docentes públicos que enseñaron entre los años 1870 y 1885 en Cotia, municipio "caipira" (rural) del entorno de São Paulo-Brasil. Examina sus áreas de actuación en la docencia y en otros sectores de la sociedad, con destaque a un maestro y una maestra responsables por las primeras Escuelas de primeras letras por más de 25 años, formaron una pareja en la vida privada y enseñaron en la misma casa. Las principales fuentes utilizadas fueron informes de maestros, de gobierno y de inspectores, periódicos, libros de matrícula, datos demográficos, certificados de bautismo y matrimonio y diversos oficios. Está dividido en tres partes. En la primera discurre sobre Cotia y la cultura "caipira" (rural). A continuación, se centra en la pareja docente. Por último, presenta a los demás, diez maestros y dos maestras, que en el período estudiado asumieron Escuelas en el municipio.

Palabras clave: Historia de la Educación; profesor de primeras letras; Brasil Imperio; escuela pública.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende contribuir para a compreensão das singularidades da história da educação ao abordar a atuação de professores e professoras de Primeiras Letras na Vila de Cotia, município de cultura caipira do entorno de São Paulo, nas décadas finais do século XIX. As principais fontes utilizadas foram periódicos (especialmente publicações em jornais, como despachos de setores do governo provincial, notas anônimas e crônica), relatórios de governo, relatórios de Instrução Pública (de inspetores e professores), livros de matrícula, dados demográficos, certidões de batismo e casamento e ofícios diversos. Como metodologia, seguimos o ‘fio do nome’, como propõem Ginzburg e Poni (1991). O expediente permitiu rastrear 14 docentes em atuação em Cotia nas décadas finais do Oitocentos, possibilitou identificar os outros cargos públicos e funções que ocuparam concomitante ou não ao exercício da docência e constatar que os professores do sexo masculino transitaram em áreas como segurança pública, justiça e artes.

A análise dá destaque às trajetórias de João José Coelho e Maria Joanna do Sacramento. Respectivamente professor e professora das duas Primeiras Cadeiras públicas criadas na vila, que permaneceram no magistério por mais de 25 anos, formaram um casal na vida privada e lecionaram na mesma casa de 1873 a 1885. Para compreender as relações entre vida privada e prática docente, valemo-nos da categoria ‘lar docente’ de Munhoz e Vidal (2014). Sobre os demais docentes, tecemos breves considerações. As informações são mais esparsas em função mesmo do recorte espacial (Vila de Cotia) e temporal da pesquisa (1870-1885), que privilegiou a experiência docente do casal. Antes de apresentar estes personagens, no entanto, discorreremos sobre a Vila de Cotia, de modo a compor o cenário em que viveram e, ao mesmo tempo, explicitar o que compreendemos por cultura caipira.

VILA DE COTIA E CULTURA CAIPIRA PAULISTA

O município de Cotia¹ no século XIX caracterizava-se pela ruralidade, com predomínio de pequenos roceiros e produção agrícola voltada à subsistência, ao mercado interno e, em menor quantidade, ao abastecimento da capital. No dizer de Antonio Candido (2001a), configurava-se como uma cultura rústica particular que denominou de caipira. De acordo com o autor, ‘cultura (e sociedade) rústica’ expressa o “[...] universo das culturas tradicionais do homem do campo; as que

1 No período de 1870 a 1885, Cotia compreendia os territórios dos atuais municípios de Cotia, Itapevi, Vargem Grande Paulista, Jandira e parte de Embu das Artes e de Carapicuíba (IGC-SP, 1995), atualmente pertencentes à região metropolitana de São Paulo; e também de uma pequena parte da capital, pois fazia divisa com esta na região do córrego Jaguarahé, hoje localizado no distrito paulistano de Jaguaré (São Paulo, 1874; Pinto, 1900).

resultaram do ajustamento do colonizador português ao Novo Mundo [...]”, o que implica “[...] em constante incorporação e reinterpretação de traços, que vão se alterando ao longo do contínuo rural-urbano” (p. 26); e ‘cultura (e sociedade) caipira’ engloba essa característica da cultura rústica, restringindo-se ao universo particular paulista (Candido, 2001a)².

O geógrafo Pasquale Petrone (1995) denominou de ‘cinturão caipira’ a área ao redor da capital de São Paulo, formada especialmente a partir da segunda metade do século XIX. Constitui-se por aldeamentos iniciados na época colonial, sendo os caipiras formados, em grande parte, por mestiços com ascendência indígena. Segundo o autor, desenvolveu-se um “[...] cinturão de terras pobres dos arredores do aglomerado [...]” da capital com “[...] uma agricultura dominante de subsistência, caracterizada pelo sistema de roças” (p. 371). Para Petrone,

Durante um século, ‘caipiras’ marcaram a paisagem cultural dos arredores de São Paulo, seus contatos com a metrópole sendo feitos à custa de uma atividade comercial modesta: utilizando cargueiros isolados, tropas pequenas, ou carros de boi, levaram suas mercadorias para a cidade e contribuíram para criar um capítulo pitoresco que então caracterizou alguns ângulos metropolitanos [...] (Petrone, 1995, p. 375, grifo do autor).

Na segunda metade do XIX, Cotia iniciava declínio econômico, devido ao fim do tropeirismo e à ascensão da cafeicultura. Nem a construção de duas estações da estrada de ferro Sorocabana chegou a refletir positivamente na economia local como ocorreu em outras cidades paulistas. Em Cotia, as estações foram erguidas longe da vila, sede da administração.

Wissenbach (1998), ao analisar processos criminais na tentativa de reconstruir a vida de pessoas escravizadas e forras na primeira Comarca de São Paulo (da qual Cotia fazia parte) na segunda metade do Oitocentos, observou que nas áreas rurais do entorno da capital a pobreza era a “[...] questão maior a ser enfrentada” (p. 103), tanto por senhores quanto por escravos. Nessas áreas, os senhores não possuíam muitos escravos. Juntos trabalhavam na roça, sem nenhum outro indivíduo moderando essa relação (como o feitor), como acontecia em outras regiões mais ricas.

Uma crônica publicada por Salambô no jornal *Correio Paulistano* de 1872 é representativa do cotidiano caipira e traz dois personagens da escolarização local. Intitulando-se leitor do jornal, Salambô remeteu longas crônicas ao redator do jornal *Diário de São Paulo* em 1872, publicadas na seção ‘Publicações Perdida’s e

² Segundo Candido (2001a, 2001b), o território paulista nesse caso abrange, aproximadamente, a região denominada de Paulistânia, pelo historiador Alfredo Ellis Junior, composta pela extensa área de influência bandeirista: São Paulo, parte de Minas Gerais, Paraná, Goiás e Mato Grosso, com a área afim do Rio de Janeiro rural e do Espírito Santo.

intituladas ‘Sobre o que vai pela Paulicéa’. Nelas, com teor irônico e de denúncia, o autor discorria sobre assuntos diversos. A crônica de jornal, para Antonio Candido (1992, p. 14, grifo do autor), organiza-se

Por meio dos assuntos, da composição solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo o dia. Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural. Na sua despreensão, humaniza;

[...]

Por se abrigar nesse veículo transitório [o jornal], o seu intuito não é o dos escritores que pensam em ‘ficar’, isto é, permanecer na lembrança e na admiração da posteridade; e a sua perspectiva não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão³.

Do ‘rés-do-chão’, Salambô convidava o ‘amigo’ redator a um ‘passeio às jaboticabas’. Segundo ele, “[...] o paulista passa sem comer, sem beber, sem dormir, mas não passa sem as jaboticabas [...]”, fruta preferida pelo caipira, de acordo com Candido (2001a, p. 72). Remetendo à visita à Cotia em companhia de amigo – Salambô à procura das jaboticabas e o amigo em virtude de uma herança –, o cronista retrata dois professores públicos cotianos.

Um professor público (o 1º) dava a aula em mangas de camisa de algodãozinho, chinellos sem meias, chapéu de junco, olhos, um cigarro de dous palmos, que pareceu-me uma espiga de milho, e faca á cinta.

Do segundo professor contou-me ‘Manoel Mulher’ cousas do arco da velha.

Diz elle que o dito professor atrapalhou-o de tal modo que já não sabe mais qual é a mão direita. A lição de conta principia de 6 em 6 até 36, noves fóra 0, e é isso que cifra-se a explicação, que se resume em 0. O professor, é ainda o Manoel Mulher quem informa, não admite o systema metrico por ser difficil, prefere os covados e alqueires, que, assegura elle, são mais commodos para o ‘negociante’: falla *ex cathedra*, como diz o vizinho Fulgencio.

³ Para maiores informações sobre o gênero, cf. Candido (1992), e especificamente sobre o uso da crônica nos estudos históricos, cf. Chalhoub, Neves, Pereira (2005).

Para pôr ordem à escola, propoz o homem ao governo a adoção de ‘mucunan’, para corrigir os meninos.

Havia de ser interessante o homem armado de mucunan! S. Lourenço ao lado da grelha, instrumento de seu supplicio.

Por isso bem faz o menino Joaquim Rodrigues, que abriu uma escola e já tem nove discípulos, mais prudente e menos esperto que o senhor professor de ‘cupidaria’, que quando ‘esbarra’ em uma questão erotica logo a ‘aprofunda’.

Mas deixemos os negocios da Cotia e fallemos de jaboticabas.[...] (Salambô, 1872, p. 2, grifo do autor).

Apesar de a crônica ter sido publicada em 1872, a narrativa parece referir-se a um tempo anterior. Muito possivelmente, Salambô conheceu o primeiro professor público de Cotia, Antônio Barreto. Do segundo, João José Coelho, apenas teve notícias pelo ex-aluno Manoel Mulher. A informalidade das vestimentas no exercício do magistério sugere o primeiro professor em trajes caipiras. Além das roupas, um gesto característico da cultura caipira compõe a cena: o longo cigarro. Outro elemento de uso corrente (São Paulo, 1874, 1886)⁴, parte da indumentária caipira, chamou a atenção do cronista: o porte de faca à cintura durante as aulas.

Sobre o segundo professor, a sátira se desloca para o conteúdo das aulas. Em lugar de ensinar o sistema métrico, preferia ‘os covados e alqueires’, conhecimento ‘mais commodos para o negociante’. Com muitas terras, sitiantes e roceiros, talvez o docente atribuísse à vida prática o conteúdo a ser ensinado na escola. Caso semelhante foi apontado na narrativa da trajetória de um professor de Paranaguá, Hildebrando, construída por Munhoz (2012). A autora demonstrou que o docente adaptava os conhecimentos ensinados ao contexto local e concluiu que isso contribuía para a frequência dos alunos. Paranaguá, uma cidade portuária, era palco de várias transações comerciais e os saberes de contabilidade necessários.

Para ‘corrigir’ os alunos, o segundo professor usava ‘mucunan’, “[...] erva leguminosa que produz vagens revestidas de pêlos que causam alergia e irritação” (Borba, 2004, p. 945). Outro sujeito mencionado na carta foi Joaquim Rodrigues, um ‘menino’ ‘mais prudente’ do que o professor público (acusado de falar imoralidades). Tornou-se professor particular, abriu uma escola e tinha nove alunos. Considerando que a maior parte dos documentos utilizados neste artigo são institucionais, a

⁴ Resoluções (artigos de posturas) que proibiam o porte de armas para as pessoas que não as usassem para fins de trabalho.

crônica de Salambô ajuda a construir outro ponto de vista sobre a profissão docente na segunda metade do Oitocentos.

Nos dois itens que se seguem, discorreremos sobre 11 professores e três professoras públicas, a fim de estabelecer uma relação entre suas atuações, a sociedade local e o processo de escolarização. As trajetórias foram construídas, seguindo o ‘fio do nome’ (Ginzburg & Poni, 1991), em periódicos paulistas⁵. Eliminando falsos cognatos, pudemos identificar cargos públicos, participações em diretórios partidários, entre outros, exercidos em concomitância ou não à docência.

Inicialmente, apresentamos João José Coelho e Maria Joanna do Sacramento. Os demais professores e professoras e suas experiências, privilegiando o período em que lecionaram em Cotia, compõem outro subitem. Diferentemente do casal, sobre estes dez professores e duas professoras, há poucas informações ou em razão do pouco tempo que estiveram no município ou de o percurso no magistério ter ultrapassado o período delimitado para a pesquisa. Sua presença, no entanto, permite compreender a trama da escolarização no município e a situar a trajetória do casal docente na correlação entre os pares, bem como evidenciar algumas das características da profissão docente no último quartel do Oitocentos.

PROFESSORES DAS PRIMEIRAS CADEIRAS NA VIDA PÚBLICA E CASAL NA VIDA PRIVADA: MARIA JOANNA DO SACRAMENTO E JOÃO JOSÉ COELHO

Maria Joanna e João José foram professores de Primeiras Cadeiras da Vila de Cotia desde que ingressaram no magistério público. Ela assumiu a cadeira feminina em 1858 e ele a masculina em 1860. Aposentaram-se no mesmo ano, 1885. Tinham “[...] honesta conduta e regularidade de vida com os que são conhecidos, pública e particularmente [...]”, segundo o inspetor de distrito Manoel Joaquim da Luz, em relatório de 1869 (Arquivo Público do Estado de São Paulo [APESP], lata CO5044). Casaram-se em novembro de 1873 (Brasil casamentos..., 1873) e a partir daí passaram a lecionar na mesma casa. No Oitocentos,

A casa, que na maioria das vezes também era a escola, foi palco de muitas relações conflituosas entre os próprios professores, suas respectivas famílias e o governo, apresentando um emaranhado de relações em que o público e o privado se confundiam, frequentemente de maneira tensa e heterogênea (Borges, 2014, p. 68).

Em Cotia, os espaços usados como escolas eram majoritariamente a casa dos professores e, às vezes, de outros cidadãos ou capelas. A residência do casal de

⁵ Coleção de periódicos oitocentistas (consultados jornais e almanaques). Disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (www.hemerotecadigital.bn.br).

professores era palco de duas escolas, no mesmo horário, das 9 às 14 horas. As aulas femininas aconteciam na sala da casa e as masculinas em sala do lado de fora; escolha dos professores que, possivelmente, estava relacionada às dinâmicas sociais nas quais as mulheres deveriam permanecer no espaço privado.

Quais foram os efeitos das aulas do casal na localidade e de seu trabalho no desenvolvimento da escolarização em Cotia? Sem desconsiderar a vontade de estarem juntos, casados, será que os resultados dessa proximidade de relação poderiam ser discutidos como tática na atuação no magistério? Para discutir essas questões abordaremos inicialmente a trajetória de Maria Joanna, depois a prática docente do casal e por fim a trajetória de João José e seus desdobramentos.

Maria Joanna do Sacramento lecionou por 27 anos na Primeira Cadeira do Sexo Feminino da Vila de Cotia. Foi nomeada em 1º de junho de 1858 e prestou juramento perante a Câmara Municipal no dia 30 desse mês (APESP, ref. CO1007). Em maio de 1869 foi aprovada em exame para receber 200 mil réis anuais, além do ordenado, vantagem estabelecida pela legislação educacional aos professores aprovados (Correio Paulistano, 1869). Infelizmente não foram localizadas informações sobre sua vida fora da escola, com exceção do nome de seus pais, de que se casou com João José Coelho em 1873 e que não tiveram filhos.

Segundo o registro de casamento (Brasil casamentos..., 1873), Maria Joanna do Sacramento era natural de Cotia, filha de Manoel José da Rocha e de Anna Joaquina do Rosario. Sobre seu pai nada mais foi localizado, indício de que não ocupou cargos ou teve maior visibilidade no período. O casamento dos professores teve como testemunhas Antonio Barreto, ex-professor e amigo do noivo e, nesse ano, inspetor de distrito, e José Joaquim Pedroso Junior, inspetor de estrada e presidente da Câmara. A cerimônia aconteceu num oratório particular, indicando o desejo de privacidade para o sacramento, visto que nas páginas do livro matrimonial há apenas menção a casamentos ocorridos na Igreja Matriz.

A vida pública de Maria Joanna estava ligada somente ao cargo de professora da cadeira feminina de Cotia, ao menos a documentada nas fontes. O fato pode ser creditado à sociedade patriarcal em que vivia. Talvez fosse muito ativa junto às famílias de suas alunas, mas essa atuação, se existiu, não deixou lastro. Para a Maria Lúcia Hilsdorf (2003), “[...] a mulher professora, diretora ou proprietária de escola é uma figura recorrente da sociedade brasileira entre as décadas de 1850 e 1900”. Hilsdorf (1999, 2003) analisou a presença/ausência da mulher no ambiente escolar no século XIX em São Paulo a partir de dados contidos em “[...] 312 títulos de jornais avulsos, almanaques, anuários, revistas e outras publicações culturais e de variedade da época” (Hilsdorf, 1999, p. 8), seja como “[...] a mulher-professora, a mulher-proprietária de escolas, e a estudante” (Hilsdorf, 1999, p. 10).

De qualquer modo, as mulheres estão aí, em ação, educando e sendo educadas muito antes da Escola Normal pública lhes abrir as portas em 1876: no caso das professoras públicas, sendo aprovadas para o magistério em “exames de palácio” ou junto das Câmaras municipais, ou sendo às vezes simplesmente nomeadas por interferência de padrinhos políticos; e no das particulares, pedindo registro na Inspetoria, como prescrevia a lei, ou ensinando na própria casa, sem interferência das autoridades (Hilsdorf, 2003).

Maria Joanna esteve entre as professoras apontadas por Hilsdorf (1999, 2003) em seus trabalhos, sendo um deles como exemplo de mulher que ficou um longo período no cargo da docência, juntamente com mais 12 professoras (Hilsdorf, 2003). Segundo as fontes da autora, Maria Joanna do Sacramento permaneceu no cargo em Cotia de 1858 a 1873. Conseguimos, entretanto, documentos que atestam seu exercício por um tempo ainda maior, até 1885. Até 1884, Cotia possuía apenas uma escola pública feminina e algumas particulares.

A partir de 1873, Maria Joanna e João José davam aula na casa do casal. A turma de Maria Joanna sempre teve alunas frequentes, nunca em número menor que o exigido pelo governo (20), o que sugere tanto uma tática docente quanto uma aceitação da comunidade. No primeiro caso, é preciso considerar que escolas com matrícula inferior ao mínimo eram suprimidas. Portanto, a manutenção da cadeira requeria o registro, ainda que nem sempre fidedigno, de ao menos 20 alunas. No segundo, pode sinalizar que os responsáveis pelas alunas não se incomodavam com o convívio com meninos. Para Gouvêa (2003), a presença de meninas na escola por vezes se confrontava com os valores tradicionais e encontrava resistência dos pais em permitirem que suas filhas frequentassem outra residência, em que também havia meninos e homens, como filhos e esposos das professoras.

De acordo com o artigo 92 do Regulamento da Instrução Provincial de 1869, não seriam admitidas meninas nas escolas do sexo masculino e meninos nas escolas do sexo feminino. No caso das cadeiras dos professores cotianos, apesar da casa ser a mesma, as salas eram diferentes, o que aparece como outra tática utilizada pelo casal para contornar as normas legais. Vale destacar a presença de alunos e alunas, irmãos, nas escolas. Possivelmente, representava uma comodidade para os responsáveis terem suas crianças na mesma casa, no mesmo horário (Moraes, 2015).

Caso similar foi analisado por Valdeniza Barra (2005). Em 1864 um pai moveu processo contra João Maria de Toledo, casado com Elisa Carolina de Toledo Dantas, ambos professores públicos da vila da Penha de França, capital paulista. Entre as denúncias feitas pelo pai, constava que as escolas funcionavam em casas diferentes, mas que o professor tinha o hábito de lecionar para seus alunos em sua casa (local da escola feminina). A residência do casal, assim, passava a acolher as duas escolas,

prática não autorizada, segundo Barra⁶. O professor reuniu atestados de dez testemunhas a seu favor, coletados majoritariamente dentre os responsáveis por seus alunos, informando que tinham boa aprendizagem, e conseguiu permanecer no cargo após a contenda.

Para Vidal (2010), um dos elementos constitutivos da experiência docente é a ‘relação intersubjetiva estabelecida com diferentes atores sociais (e escolares) nos vários níveis’. No interior de diferentes espaços de sociabilidade, destaca “[...] a interpenetração entre vida profissional e vida pessoal” (Vidal, 2010, p. 720). Cabe discutir a relação entre os docentes Maria Joanna e João José e a influência (ou não) da vida privada na vida pública dos professores, principalmente na prática docente. Corroborando para essa análise, dois relatórios foram localizados, um de Maria Joanna e outro de João José, escritos de forma igual com frases idênticas⁷. Outros relatórios do casal são também muito parecidos, mas os incluídos a seguir se destacaram. Parece cópia um do outro, apesar das caligrafias diferentes nos documentos originais que coincidem com as letras de cada professor em seus respectivos livros de matrículas de alunos. Segue a transcrição dos referidos documentos (ambos localizados em APESP, Manuscritos, ref. CO5044):

“Observando o que dispõe o §º 11º do artigo 110 do Regulamento de 18 de abril de 1869, venho trazer ao conhecimento de V.Sª o Relatório do estado da eschola a meu cargo, acompanhado do respectivo Mappa pelo qual verá V.Sª acharem-se matriculados vinte alumnos, sendo quase todos frequentes a eschola, e o adiantamento de cada um delles V.Sª verá pelo respectivo Mappa.

A aula continúa a ser dada em uma salla para fora da casa de minha residencia, e sempre funcionando das 9 horas da manhan as duas da tarde.

Hé o que se me offeresse levar ao conhecimento de V.Sª a quem Deus Guarde.

Villa da Cotia, 1º de Novembro de 1882.

Illmo. [?] Dor Francisco Aurelio de Souza Carvalho

Digmo. Inspector Geral da Instrucção Publica.

O Professor da 1ª Cadeira

João José Coelho”

“Observando o que dispõe o §º 11º do artigo 110 do Regulamento de 18 de abril de 1869, venho trazer ao conhecimento de V.Sª o Relatório do estado da eschola a meu cargo, acompanhado do respectivo mappa pelo qual verá V.Sª acharem-se matriculadas vinte e quatro alumnas, sendo quase todas frequentes a eschola, e o adiantamento de cada uma dellas, V.Sª verá pelo respectivo mappa.

A eschola continúa a ser dada em uma salla da casa de minha residencia e sempre funcionando das 9 horas da manhan as 2 da tarde.

Hé o que se me offeresse levar ao conhecimento de V.Sª a quem Deus Guarde.

Villa da Cotia, 1º de Novembro de 1882.

Illmo. [?] Dor Francisco Aurelio de Souza Carvalho

M. D. Inspector Geral da Instrucção Publica.

A Professora

Maria Joanna do Sacramento”

6 Não há menção da lei nessa passagem do texto da autora, entretanto, o fato ocorreu em 1864. Na lei nº 34 de 1846 constava no artigo 8º: “A frequencia promiscua de ambos os sexos em uma escola, só é permittida nos logares, onde não existão escolas diversas para ambos”. Posterior a essa lei, veio o Regulamento de 1851 para Instrução Pública, que trata dessa questão apenas para a instrução particular: “Art 23. Incorrem na mesma multa os directores de collegios de meninas aonde forem admittidos alumnos do sexo masculino, ou morarem pessoas do mesmo sexo maiores de dez annos, excepto o marido da directora”. Portanto, o artigo 8º da lei de 1846 ainda vigorava.

7 Outros professores de Cotia tinham maneiras parecidas de elaborar as frases – talvez houvesse um relatório-modelo que circulasse localmente –, mas também havia os relatórios que não se assemelhavam a nenhum outro.

É possível, nesse caso, utilizar o conceito de ‘lares docentes’, proposto por Munhoz e Vidal (2014, p. 2) “[...] para a interpretação sobre as experiências de professores com relações parentais, exercidas em espaços domésticos que se abriam ao público para a realização das aulas”. No artigo, as autoras investigaram a trajetória de professores da 5ª Comarca de São Paulo, posteriormente Paraná, na primeira metade do século XIX, no exercício da docência, e a influência das redes de parentesco, tendo como fontes principais os mapas de frequência remetidos pelos professores à inspetoria da instrução pública.

Munhoz e Vidal (2014, p. 15) apontaram que essa “[...] senda de interpretação é profícua quando observamos relações muito similares no Brasil Oitocentista de predomínio da parentalidade na organização do tecido social”. Analisando a feitura dos mapas de professores irmãos ou pais e filhos, interpretaram-na como um “[...] saber-fazer compartilhado e transmitido de professor para professor ou executado por apenas um deles nos casos dos lares docentes, como uma tarefa atribuída a um dos sujeitos que trabalhavam juntos dividindo socialmente o trabalho” (Munhoz & Vidal, 2014, p. 13).

As trajetórias conectadas de João José Coelho e Maria Joanna do Sacramento no ambiente privado se projetam como exemplo de experiência de lar docente, materializado nos documentos de instrução pública elaborados por eles, constituídos como “[...] fragmentos de práticas escolares” (Munhoz & Vidal, 2014, p. 10). Nessa perspectiva, é possível pensar o interior da família composta por esse casal: a despeito de exercerem a função antes de se unirem matrimonialmente, a ‘herança imaterial’ – conceito emprestado pelas autoras a Giovanni Levi (2000) – está na prática da docência, na absorção de práticas e, ao se casarem, na partilha de saberes.

No entanto, apesar de haver uma aproximação do fazer-se professor presente nos relatórios, o casal difere no ato de qualificar seus alunos nas listas de matrícula (APESP, ref. EO2230, EO3182; ref. EO2234, EO3030). Em cada página dos livros de matrícula havia informações obrigatórias que deveriam ser preenchidas pelos professores, segundo o Regulamento de 1869. Mas, ao comparar as informações dadas por Maria Joanna e João José sobre os alunos e seus responsáveis, há uma significativa diferença. A professora não atribuía qualidades às alunas e pais/mães. Registrava apenas os dados necessários (os nomes) sem qualificá-los, com exceção se o pai ou a mãe houvesse falecido, aí seguiam os qualificativos ‘fallecido’ ou ‘fallecida’. Já o professor colocava na frente dos nomes de alguns de seus alunos a palavra ‘ingênuo’⁸, ou de algumas mães o adjetivo ‘escrava’ ou ‘solteira’.

⁸ Segundo a Lei nº 2.040 (Brasil, 1871), entre outras coisas, eram considerados livres os filhos de mulher escrava que nascessem a partir de 28 de setembro de 1871, indicando as providências quanto à criação e tratamento desses nascituros – comumente denominados de ‘ingênuos’.

Em um período em que a ordem escravocrata e patriarcal imperava, a ausência de qualificativos nos livros de Maria Joanna e a presença deles no livro de João José instigam a análise. Outros professores das cadeiras com livros coligidos também qualificavam os alunos⁹, mas Maria Joanna evitava registrar tais atributos. Ao ler sua lista há apenas nomes de meninas e de seus responsáveis. Não haveria nenhuma aluna filha de escrava ou de mãe solteira em sua sala? Seria uma questão de gênero, ou seja, o registro das meninas prescindiria dessas informações? Era um ato intencional (e político) ou apenas o cumprimento estrito do solicitado pelo regulamento?

Parece plausível considerar a intencionalidade do ato, posto que os relatórios apontam que Maria Joanna e João José compartilhavam saberes. Ademais, nos livros de Maria Joanna havia meninas cujas responsáveis eram as mães e não os pais, o que leva a crer que ao menos uma delas não fosse casada. João José, por outro lado, era senhor de ao menos dois escravos, Caetano (Diário de São Paulo, 1871)¹⁰ e Vicência (APESP, ref. EO3030).¹¹ Talvez por isso qualificasse seus alunos e mães como ‘ingênuos’ e ‘escravas’, respectivamente. Entretanto, se Maria Joanna e João José eram casados, ela provavelmente se valia dos serviços desses escravos. Há ainda a questão da lei do Ventre Livre e da responsabilidade dos senhores pela instrução dos ‘ingênuos’. Levando-se em conta esta lei, a qualificação do professor talvez fosse uma forma de registrar o seu cumprimento, já que os primeiros alunos ‘ingênuos’ foram registrados a partir de 1881.

As carreiras docentes de Maria Joanna e João José têm outra característica comum: permaneceram na mesma cadeira desde que se tornaram professores públicos, aposentando-se no mesmo ano, 1885, ela com 27 anos de magistério e ele com 25. Segundo Borges e Vidal (2016, p. 192), “[...] o tempo de atuação dos sujeitos envolvidos com o processo de escolarização [...] permite o estabelecimento de relações mais duradouras com o espaço de inserção da escola”. No caso do casal de professores, importa ressaltar o fato de ambos serem de Cotia e terem assumido as primeiras cadeiras da vila. Por um lado, pareciam estar em uma situação confortável se comparados aos outros professores locais, não havendo razão para se removerem. Por outro, isso favorecia sua inserção em outros cargos públicos e uma relativa influência local.

Se não foram encontrados documentos sobre a vida pública além da docência de Maria Joanna, o mesmo não pode ser dito para João José Coelho, que obteve

9 Na dissertação (Moraes, 2015), seis livros de quatro cadeiras, sendo dois da 1ª Cadeira Masculina da Vila, dois da 1ª Cadeira Feminina da Vila, um da 2ª Cadeira Masculina da Vila e um da Cadeira de Capitão Jerônimo, datados entre 1870 e 1885, são analisados.

10 Em uma relação com nomes de homens que trabalharam no conserto e manutenção da estrada Cotia à capital, constava o escravo de João José Coelho chamado Caetano.

11 Nele, Vicência era mãe de dois alunos de João José que também moravam com ele. Nos registros de batismo dos filhos de Vicência consta que ela era solteira e escrava de João José Coelho.

outras funções, indiciando o estabelecimento de uma rede de relações conquistada com o exercício da docência. Antes mesmo de ser professor, fora capitão da guarda municipal em 1855, cargo de que se exonerou apenas em 1864, o que pode sugerir que sua inserção no magistério tenha decorrido de uma ‘ajuda’ dos potentados locais.

Nasceu em 1833 em Cotia, filho de Luiz Antonio Coelho e Joaquina Maria Soares (Brasil batismos..., 1833). Foi aluno de Antonio Barreto, professor da única cadeira pública de Cotia, quando ainda era Freguesia de São Paulo (APESP, ref. CO4915, CO5044). Antonio Barreto possivelmente tenha sido sua maior influência na prática docente e a amizade dos dois seguiu ao longo dos anos. Foi aprovado em exame e ingressou no magistério em 1860, ano em que assumiu a Primeira Cadeira Masculina da Vila de Cotia. Após tornar-se docente, foi agente do correio e escrivão interino do juiz de paz e escrivão de juiz de paz. Nos documentos de instrução pública posteriores à sua aposentadoria, seu nome também apareceu em atas de Conselho Municipal na década de 1890, como secretário. Antes de se casar com Maria Joanna, era viúvo. Casou-se em 1853 com Guilhermina Leite de Carvalho (Pedigree resource file, 2017), com quem teve cinco filhos, todos seus alunos e de Maria Joanna. Também foi professor e tutor de alguns meninos que moravam com ele¹².

Duas denúncias contra João José foram encontradas em jornais da época. Numa publicação assinada por ‘A moralidade’ (Correio Paulistano, 1873, p.2), direcionada ao Inspetor Geral da Instrução Pública, acusava-se o professor de exercer outros cargos públicos. O autor alegava ilegalidade, citando parte do Regulamento de 1869 que não permitia aos professores públicos ocupar outros cargos considerados ‘incompatíveis’, e mencionando que outro artigo ‘contra certos abusos’ havia sido publicado anteriormente no jornal. Segundo ‘A moralidade’, além de professor, escrivão de juiz de paz (interino e efetivo) e agente do correio, João José também exercia os cargos de procurador da câmara municipal e agente da coletoria geral e provincial. O autor sugeria que João José pedisse demissão do cargo de professor, “[...] no que muito lucrará a malfadada Villa da Cutia!...”. Todavia, no Regulamento não há menção de quais cargos eram considerados incompatíveis com a docência. Cabe destacar que a denúncia foi publicada poucos dias após o casamento do professor com Maria Joanna. Talvez essas querelas, além do fato de

12 Fontes sobre a trajetória de João José Coelho: *Correio Paulistano*. (1855, 28 de abril). p. 2; *Correio Paulistano*. (1859, 23 de julho). p. 1; Ofício de 15/02/1861. APESP, Série Ofícios Diversos, Ofícios Diversos de Cotia, ref. CO1008; *Correio Paulistano*. (1863, 19 de agosto). p. 2; *Correio Paulistano*. (1864, 8 de julho). p. 1; Ofício de 2/11/1866. APESP, Série Ofícios Diversos, Ofícios Diversos de Cotia, ref. CO1008; *Diário de São Paulo*. (1867, 6 de fevereiro). p. 3; *Correio Paulistano*. (1869, 4 de fevereiro). p. 1; *Diário de São Paulo*. (1872, 22 de agosto). p. 2; *Diário de São Paulo*. (1878, 9 de agosto). p. 1; *A Constituinte* de 6/12/1879, p. 1; *Correio Paulistano*. (1884, 6 de janeiro). p. 1; Ata de instalação do Conselho Municipal da Villa de Cotia, 13/09/1887; Ofício do presidente do Conselho Municipal de 20/06 e 20/07/1890 ao Diretor de I. P. APESP, Série Instrução Pública - Manuscritos, ref. CO5044.

ser seu segundo casamento, tenham influenciado o casal a escolher uma cerimônia em oratório particular.

Menos de dois meses depois, outra publicação (*Correio Paulistano*, 1874, p.2) envolvia o nome de João José. A nota tinha como signatário G. J. P. e informava que, em 31 de dezembro de 1873, publicara um artigo também no *Correio Paulistano* no qual assinalava que “[...] não duvidaria em apresentar denuncia ou cousa que o valha contra o professor da villa da Cutia [...]” (não localizamos esta edição do jornal). Na publicação de 12 de fevereiro de 1874, G.J.P. informou que em 7 do mesmo mês entregara ao presidente da província uma representação contra o professor para que o regulamento fosse cumprido. Segundo o autor, “[...] é só assim que teremos garantia, e que não se fará sómente aquillo que os régulos de aldeia determinam em sua alta prepotência e domínio nos logarejos [...]”, desejando que viessem a público “[...] os escândalos e patronatos que por ahi alem de praticam”.

Infelizmente não foi localizada a representação citada na nota e não descobrimos o desdobramento do caso, mas é sabido que João José permaneceu no cargo de professor da primeira cadeira da vila até 1885 e como agente do correio até 1884, exonerando-se a pedido. Não há nenhum documento oficial citando João José Coelho, apenas essas notas anônimas de jornal. Sem descurar da problemática dos nossos arquivos, cujo conjunto documental neles disponíveis está muito aquém da totalidade de documentos produzidos, talvez seja possível considerar que o professor João José usufruísse de uma ‘blindagem’ no município constituída por uma rede de relações derivada do clientelismo e do trânsito nos vários espaços públicos onde exercia suas funções. Não obstante, esses episódios permitem indiciar aspectos da conduta docente e da convivência entre professores e a população local, como em outros estudos sobre o processo de escolarização no Oitocentos (Barra, 2005; Silva, 2007; Borges & Vidal, 2016).

Levando em consideração a hipótese da ‘blindagem’ de João José Coelho, pode-se dizer que isso não era incomum na instrução pública, como mostrou Barra (2005), analisando o caso da professora de São Sebastião, Francisca Augusta Cortez, tutelada pelo tenente coronel local, e Silva (2007, p. 187), investigando na escolarização pernambucana o caso do professor Francisco Briguel Cezar de Menezes de Nazaré do Cabo, protegido de Manoel do Rego Barros, homem poderoso na localidade. Silva ainda analisou alguns episódios em que professores públicos foram alvo de reclamações de moradores. Ressalvou, entretanto, sobretudo para os professores da primeira metade do século XIX, que as queixas “[...] tanto podiam partir dos agentes do governo, quanto das comunidades e das pessoas comuns. Mas podiam também se originar da cobiça de alguns à ocupação do cargo de professor público”.

Caso semelhante ao de João José foi mencionado por Silva (2007). Em 1853 um professor pernambucano ocupava ao mesmo tempo os seguintes cargos:

vereador, juiz de paz, cuidador geral dos órfãos, advogado, suplente de subdelegado, ajudante do procurador fiscal, major da guarda nacional e agente consular de sua majestade fidelíssima, segundo denúncia do diretor geral da instrução. Para a autora,

Tamanha multiplicidade de cargos dificulta, inclusive, a minha crença na denúncia e me faz pensar na extrema vinculação existente entre aquele professor e os potentados locais, caso ele mesmo não fosse um deles. Aliás, esta é uma forte possibilidade (Silva, 2007, p. 191).

Ao que parece, João José era umas das peças principais das práticas políticas de Cotia, desfrutando de um ‘status’ que permitia transitar em diversos setores. Caso tenha sido ele o professor a que Salambô se referira em sua crônica, somando os elementos aqui apresentados, temos um sujeito pouco adequado ao que se preconizava como ideal de professor, ao menos com referência à lei. No artigo 110 do regulamento de 1869, “[...] das obrigações dos professores [...]”, cumpria: “[...] dar por palavras e obraz exemplos de polidez e moralidade [...]” e não ocupar “[...] qualquer cargo publico, ou [exercer] qualquer profissão ou industria, incompatíveis com o exercício do magistério”. Além de falar imoralidades, o professor ocupava vários cargos públicos, como denunciado por ‘A moralidade’ e G.J.P.

OS DEMAIS PROFESSORES E PROFESSORAS

Além do casal Maria Joanna e João José, outros professores lecionaram nas escolas de Cotia entre 1870 e 1885. Alguns ficaram por pouco tempo no local e logo se transferiram para outro município; outros, nascidos em Cotia, permaneceram e lecionaram em mais de uma cadeira pública.

Manoel de Moraes Pinto foi contratado em 1858 para a única cadeira pública de Cotia, a cadeira masculina – logo após a aposentadoria do primeiro professor público de Cotia, Antonio Barreto –, mas ficou poucos meses. Depois lecionou em Itapecerica e Araçariguama, municípios vizinhos à Cotia. Em 1864, foi capitão da guarda policial da Vila de Cotia, exonerando-se do cargo quando assumiu a cadeira de Itapecerica. Voltou a trabalhar em Cotia como professor em 1880, removido de Araçariguama para a cadeira do bairro de Várzea-Grande, onde se manteve até 1884. A pedido, foi transferido para a cadeira de capitão Jerônimo, permanecendo ali até o início dos anos de 1890. Tornou-se professor vitalício em 1887¹³.

13 Fontes sobre a trajetória de Manoel de Moraes: *Correio Paulistano*. (1858,14 de novembro). p. 2; *Correio Paulistano*. (1864,8 de julho). p. 1; *Diário de São Paulo*. (1867,16 de novembro). p. 3; *Diário de São Paulo*. (1868,18 de setembro). p. 1; *Diário de São Paulo*. (1869,4 de fevereiro). p. 3; *Amanak da Província de São Paulo*. (1873). p. 392; *Correio Paulistano*. (1884, 6 de março). p. 2; *Correio Paulistano*. (1887,10 de julho). p.

Marcolino Pinto de Queiroz trabalhou por 30 anos na função de professor, somando-se as cadeiras do bairro de Itaqui (1871-1875) e 2ª Masculina da Vila (1875-1901). Aposentou-se em 1901. Antes de atuar em Cotia, lecionou em Mogi-Mirim e Pirapora. Em Cotia, também foi mestre de música, juiz de paz e secretário do Partido Republicano (PR). As funções, com exceção do cargo de secretário do PR, foram exercidas concomitantemente à de professor e assumidas após sua entrada no magistério público¹⁴.

Quando professor de Itaqui, Marcolino foi nomeado adjunto de promotor na comarca de São Roque, segundo ofício do inspetor de distrito Antonio Barreto ao inspetor geral de instrução pública de 1874 (APESP, ref. CO5044). Em 1875, conquistou o cargo de professor da Segunda Cadeira masculina da Vila de Cotia, transferido da cadeira de Itaqui. Durante o período em que atuou na 2ª Cadeira da Vila de Cotia, e enquanto João José Coelho lecionava na Primeira Cadeira, sempre teve mais alunos que João José, com exceção do ano de abertura, pois a escola começou a funcionar em maio. No início de 1876, sete alunos de João José Coelho transferiram-se para a cadeira de Marcolino (APESP, ref. EO2918). Dentre eles, estavam os filhos de figuras politicamente influentes, o que pode indicar uma preferência pelo professor Marcolino ou pela localização da escola.

O professor Severiano José de Ramos permaneceu cinco anos em Cotia, lecionando na cadeira de Várzea-Grande (de 1871 a 1876). Destacou-se como o primeiro professor do município a frequentar a Escola Normal, matriculando-se em novembro de 1875. Apenas sete meses após, em junho de 1876, foi transferido para a cadeira de Lageado, distrito da freguesia da Penha de França, na capital paulista. (Diário de São Paulo, 1875, 1876). Aproveitou o incentivo dado pela legislação do período. Segundo a seção II da lei nº 9 de 22 de março de 1874 (São Paulo, 1874), que tratava especificamente da criação da Escola Normal, os professores públicos poderiam se matricular como normalista, estabelecendo algumas vantagens:

Art. 8.º [...]

§ 14. - Os Professores Publicos actuaes poderão matricular-se na Escola Normal, garantindo-lhes a Provincia os seus ordenados por dous annos.

1; *Correio Paulistano*. (1891,25 de março). p. 2; *Correio Paulistano*. (1893,19 de janeiro). p. 2; *Correio Paulistano*. (1894,4 de fevereiro). p. 2.

14 Fontes sobre a trajetória de Marcolino disponíveis em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3667749/pg-17-diario-oficial-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-04-01-1901>>. Acesso em: 7 ago. 2015; *Diário de São Paulo*. (1869,30 de outubro). p. 3; *Diário de São Paulo*. (1869,6 de novembro). p. 2; *Diário de São Paulo*. (1869,14 de novembro) ; *Correio Paulistano*. (1870,26 julho). p. 2; *Correio Paulistano*. (1871,15 de abril). p. 3; *Correio Paulistano*. (1872, 23 de agosto). p. 2; *Almanak da Província de São Paulo*. (1873). p. 144-145; *Diário de São Paulo*. (1878,9 de agosto). p. 1; *Correio Paulistano*. (1915,25 de novembro). p. 5; *Correio Paulistano*. (1915,26 de novembro). p. 4; *Correio Paulistano*. (1915,12 de outubro).

Art. 9.º - Serão desde logo considerados vitalícios os alumnos da Escola Normal que, obtendo certificado de habilitação, forem providos nas Cadeiras.

Além da garantia de dois anos de ordenado e vitaliciedade aos habilitados após terem cadeiras providas, apenas os professores públicos e os alunos reconhecidamente pobres estudariam gratuitamente. Os demais deveriam pagar uma quantia à província. Posteriormente a Severiano, em 1885, outra professora que estudara na Escola Normal passou a exercer a função em Cotia: Analia Franco, professora da Primeira Cadeira feminina da vila de 1885 a 1887.

Professor muito presente no processo de escolarização de Cotia na segunda metade dos Oitocentos, José Custódio de Queiroz lecionou por 25 anos nas cadeiras públicas do município de Sorocamirim, Carapicuíba, capitão Jerônimo, Lava pés e primeira cadeira da vila. De todas, saiu por remoção, com exceção da cadeira de Carapicuíba, da qual pediu exoneração e da cadeira da vila, onde se aposentou. Foi nomeado para todos os cargos e não passou por exames, configurando o que podemos denominar de professor 'coringa' nas escolas onde a vaga não se preenchia por professor concursado¹⁵.

Segundo os jornais, exerceu outras funções, principalmente após a aposentadoria em 1898. Foi delegado de polícia, capitão-assistente e capitão-ajudante de ordens da guarda nacional, primeiro suplente do juiz federal e membro do diretório do PR de Cotia. Em 1875, foi aferidor de pesos e medidas, função que também devia ser exercida por professores públicos, segundo o Código de Posturas da Vila da Cutia de 1886. Tornou-se professor vitalício em 1885, após assumir a Primeira Cadeira da vila. Em nota sobre seu falecimento, aos 70 anos, foi lembrado apenas por sua atuação como professor (Correio Paulistano, 1922).

Antonio Manoel Vieira ingressou na carreira do magistério em agosto de 1872, e nesse mesmo ano assumiu a cadeira do bairro de Sorocamirim, permanecendo até 1876, quando se removeu para a cadeira de Campo Limpo, município de Santo Amaro (Diário de São Paulo, 1872; Correio Paulistano, 1876).

O professor João Rodrigues de Jesus assumiu a cadeira de Carapicuíba em 1880 e há relatórios seus nessa cadeira até 1881. Apesar de assinar como professor de Carapicuíba, desde 1878, a cadeira havia sido transferida para Barueri, bairro do município de Parnaíba (vizinho à Cotia), que atendia também aos carapicuibanos.

15 Fontes sobre a trajetória de José Custódio: *Diário de São Paulo*. (1871,21 de dezembro). p. 1; *Diário de São Paulo*. (1872,28 de agosto). p. 2; *Diário de São Paulo*. (1875,9 de julho). p.1; *Correio Paulistano*. (1877,28 de julho). p. 2; *Jornal da Tarde* (SP). (1879, 19 de julho). p. 3; Ofício do inspetor de distrito Benedicto José d'Oliveira de 20/03/1884 ao inspetor geral da I.P.APESP, série I.P. - Manuscritos, ref. CO5044; *Correio Paulistano*. (1885,27 de maio). p. 2; *Correio Paulistano*. (1885, 11 de setembro). p. 1; *Correio Paulistano*, (1903,26 de janeiro). p. 1; *Correio Paulistano*. (1903, 2 de fevereiro). p. 1; *Correio Paulistano*. (1904,10 de outubro). p. 2; *Correio Paulistano*. (1907,17 de novembro). p. 1; *Correio Paulistano*. (1915,7 de novembro). p. 7; *Correio Paulistano*. (1915, 12 de outubro). p. 4; *Correio Paulistano*. (1922,8 de novembro). p. 5.

Em 1886 e 1888, o nome de João Rodrigues de Jesus está como professor da Segunda Cadeira da vila de Parnaíba (Almanach da Província de São Paulo, 1886; *Correio Paulistano*, 1888).

No ano de 1880, João Cezar de Abreu e Silva foi nomeado professor de primeiras letras da cadeira de Sorocamirim. Não chegou, entretanto, a exercer seu cargo. No relatório de governo consta que essa cadeira estava ‘sem alunos’ (relatório da instrução pública na província de São Paulo, 1880). Em 1884, o nome aparece ligado à cadeira masculina de Perus, bairro da capital (Almanach Administrativo, Comercial e Industrial da Província de São Paulo, 1884). A cadeira de Sorocamirim também foi ocupada por João Maria Thomaz de 1882 a 1888, que não exerceu outro cargo público, ao menos segundo os jornais consultados¹⁶.

O professor Joaquim Chrispim de Oliveira esteve como professor público por volta de 30 anos, aposentando-se em 1913 na Segunda Cadeira da Vila de Cotia. Começou a lecionar no município, ao assumir a cadeira do bairro de São João em 1882, onde permaneceu até pelo menos 1887, data da última nota de jornal onde consta seu nome vinculado a essa cadeira e que informa sobre uma licença de 40 dias para tratamento de saúde. No ano seguinte, teve o exercício de cargo suspenso pela supressão da escola do bairro de Lavapés, onde era professor intermédio. Em 1909, lecionava na cadeira do bairro da Graça, em Cotia, quando foi removido por decreto para a Segunda Cadeira do sexo masculino da vila. Faleceu repentinamente aos 69 anos em 1921. Na nota sobre sua morte consta apenas que era ‘professor aposentado’. No entanto, em notícia de 1918, havia sido nomeado primeiro suplente de juiz federal em Cotia, cargo que possivelmente nunca tenha assumido¹⁷.

A Segunda Cadeira pública feminina de Cotia foi criada em 1884 (26 anos após a primeira, em 1858) e quem a assumiu foi a professora Catharina Etelvina Pedroso (*Correio Paulistano*, 1884). Não há mais informações em jornais sobre sua vida pública. Sobre sua vida particular, no livro de matrícula da Primeira Cadeira feminina da vila (APESP, ref. EO2230), quando ainda era aluna, consta ser filha de José Joaquim Pedroso. O capitão José Joaquim Pedroso foi presidente da câmara entre 1865 e 1868, vereador, juiz de paz, subdelegado, eleitor¹⁸, e possivelmente o maior dono de escravos de Cotia na época. Era irmã de José Joaquim Pedroso Junior,

16 Fontes sobre a trajetória de João Maria Thomaz: *Correio Paulistano*. (1876,14 de novembro). p. 2; *Diário de São Paulo*. (1876,20 de outubro). p. 3; *Correio Paulistano*. (1880, 8 de setembro). p. 2; *Jornal da Tarde* (SP). (1881, 12 de julho). p. 2; *Correio Paulistano*. (1888,2 de fevereiro). p. 3.

17 Fontes sobre a trajetória de Joaquim Chrispim: *Correio Paulistano*. (1887,20 de setembro). p. 1; *Correio Paulistano*. (1898,30 de julho). p. 1; *Correio Paulistano*. (1899, 7 de abril). p. 2; *O Commercio de São Paulo*. (1909,18 de março). p. 2; *O Commercio de São Paulo*. (1913,25 de julho). p. 2; *Correio Paulistano*. (1921,17 de maio). p. 4; *Correio Paulistano*. (1918,23 de janeiro). p. 4.

18 Cf. *Almanak da Província de São Paulo*. (1873); jornal local *Cotiatododia*. Disponível em <http://cotiatododia.com.br/retro/cotiatododia2007/guias_publicos/vereadores_guiasdecotia.htm> Acesso em: 14 jul. 2017; Câmara dos Vereadores. Disponível em: <<http://www.camaradecotia.sp.gov.br/presidentes.php>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

presidente da câmara, inspetor de estrada, entre outras funções. Portanto, era irmã e filha de figuras influentes com cargos públicos no município.

Catharina foi aluna de Maria Joanna do Sacramento entre 1870 e 1877 e, muito possivelmente, teve a mestra como a maior ou uma de suas maiores referências como docente. Para Borges e Vidal,

A longa trajetória desenvolvida em uma mesma escola pode ter contribuído para o desenvolvimento de experiências educativas que se tornaram referência entre os professores – sendo importante assinalar que também ajudaram a formar professores por meio da ‘formação pela prática’, instituída pelo regulamento de 1854 – e a consolidar uma determinada posição na sociedade (Borges & Vidal, 2016, p. 194).

Segundo Vidal (2010, p. 712), outro elemento constitutivo da experiência docente é a ‘trajetória escolar’ dos professores, o “conjunto da experiência acumulada pelo sujeito professor ao longo de sua vida”, que engloba sua experiência como professor e também suas vivências como aluno desde o início de sua escolarização.

Em outubro de 1885, João Baptista Cepellos assumiu a cadeira de Várzea-Grande, onde lecionou até 23 de outubro de 1887 quando veio a falecer. Sua experiência docente em Cotia, entretanto, iniciou em 1874, quando abriu uma escola particular “[...] sem proceder com o que dispõem o artigo 154 do Regulamento de 18 de abril de 1869” (APESP, ref. CO5044), pois não possuía habilitação para ensinar. Ao que tudo indica a escola foi fechada pelo inspetor de distrito¹⁹. Esse professor era pai de Manoel Baptista Cepellos, poeta consagrado de Cotia.

A professora Anália Emilia Franco²⁰ esteve à frente da Primeira Cadeira feminina da Vila de Cotia de 1885 a 1887. Antes de mudar para Cotia, morou em São Carlos do Pinhal (atual município de São Carlos), onde lecionava no Collegio Santa Cecília, de instrução primária e secundária para meninas, fundado em 1882 pela própria Anália Franco (Almanach Administrativo, Commercial e Industrial, 1885). Durante o período em que esteve como professora em Cotia foi contemplada com vantagens concedidas pela lei nº 78 de 6 de abril de 1885 a professoras normalistas que continuavam a exercer o magistério público. Entrou em licença por pelo menos seis meses para cuidar de uma dispepsia no município da Corte, segundo ofícios da Inspetoria de 1886, período em foi substituída pelas professoras Leonilbes [?] C. de Souza Gouvêa e Maria José de Toledo Aymberé (APESP, ref. CO5044). Em agosto de

19 Fontes sobre a trajetória de João B. Cepellos: *Correio Paulistano*. (1885,5 de março). p. 3; *Correio Paulistano*. (1885,19 de junho). p. 1; Relatório do Inspetor Geral para o Presidente da Província de 21/01/1888, APESP, Série I.P. - Manuscritos, CO5044.

20 Para mais informações sobre Analia Franco ver Monteiro (2004), Oliveira (2007), Lodi-Correa (2009), Azevedo (2010) e Portela (2016).

1887, Anália conseguiu transferência para a cadeira de Taubaté, no vale do Paraíba, a mais de 220 quilômetros de Cotia (Correio Paulistano, 1885; Correio Paulistano, 1887).

Professora desde 1872, Anália Franco matriculou-se em 1877 na Escola Normal, formando-se em 1878. Em sua trajetória, se envolveu com a educação de crianças filhas de escravas, lecionou em alguns municípios de São Paulo, criou vários estabelecimentos filantrópicos, colaborou com jornais e revistas com artigos sobre as classes desfavorecidas, fundou sua própria revista, *Álbum de Meninas: uma revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras*²¹, entre outras atuações. Contudo, os trabalhos que tiveram a professora Anália Franco como sujeito e objeto de pesquisa não mencionam sua passagem por Cotia, alegando, inclusive, uma lacuna em sua atuação no magistério. Portanto, esta investigação contribuiu para desvelar parte de sua história entre 1885 e 1887.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após discorrer sobre as trajetórias de 11 professores e três professoras, podemos afirmar que cinco professores públicos cotianos transitaram em um ou mais setores exercendo outras funções, ora ligados à área de segurança pública, ora da justiça, mas também nas artes, educação privada ou integrando partido político. Foram eles João José Coelho, Manoel de Moraes Pinto, Marcolino Pinto, José Custódio de Queiroz e João Baptista Cepellos. Apenas uma professora, Anália Franco, teve atividades na filantropia e no jornalismo. Três professores assumiram funções concomitantes ao cargo de professor público: João José Coelho, Marcolino Pinto e José Custódio de Queiroz.

Conforme dados do censo de 1872, em Cotia, de 5.024 habitantes, apenas 263 sabiam ler, o que conferia aos alfabetizados a possibilidade de se inserirem no serviço público. Mas, com exceção de João José Coelho, nenhum outro professor exerceu cargo público antes de se tornar professor, demonstrando que a experiência como docente e as redes de relações então estabelecidas contribuíram para o trânsito desses professores em outros segmentos do serviço público.

Para Borges (2014), os professores, por um lado, eram agentes da administração.

por outro, os professores sabiam que dispunham da possibilidade de exercer um poder, uma agência – propiciados pela autonomia da qual se faziam imbuir no exercício na profissão, mas também conferidos por sua condição de estarem em maior contato com o povo –, em favor de seus próprios interesses,

21 Criada no ano de 1898, a revista discutia a participação da mulher na sociedade, seu direito à educação, entre outros temas relacionados à educação e infância.

fossem eles profissionais, econômicos, sociais ou políticos (Borges, 2014, p. 105).

De acordo com Hilsdorf (1998), os professores estavam no extrato de quem não era da burguesia, e tampouco da camada popular. Segundo Silva (2007, p. 125), o magistério público funcionou como “[...] um dos instrumentos componentes das redes de clientela e como uma porta de acesso individual à obtenção de benesses do Estado”. O professor era o “[...] portador de um significativo prestígio social em meio às camadas mais modestas da sociedade, e significativamente valorizado para o ingresso nas redes locais de clientela” (p. 173-174).

Essa rede de relações pareceu ter grande influência principalmente na trajetória do professor João José Coelho que, mesmo sendo denunciado pelo excesso de cargos e por outras ‘peculiaridades’, continuou atuando no magistério. As fontes coligidas propiciaram construir a figura de um homem com poderes locais que o ‘blindavam’ um sujeito de prestígio e pertencente ao núcleo do potentado político. O casamento com Maria Joanna proporcionou a criação de um ‘lar docente’, com algumas práticas profissionais comuns.

Cabe destacar a questão das remoções dos professores. Em Cotia, com exceção de João José Coelho, Maria Joanna do Sacramento e Catharina Etelvina Pedroso, aparentemente confortáveis com as escolas e o local de trabalho (situadas no município onde nasceram e cresceram, e sediadas na vila), todos os professores se removeram de escolas, uns com mais, outros com menos frequência. No município da Corte,

[...] o trânsito por diversas regiões da cidade permitia ao professor ter conhecimento maior do terreno no qual operava e, de algum modo, fortalecer agências docentes e os laços de solidariedade entre os colegas, pois as questões reclamadas por um poderiam ser melhor compreendidas por outros que já teriam passado pela mesma região. O conhecimento adquirido pelo ‘rodízio das Cadeiras’ também poderia conferir ao professor uma experiência importante para atuação na vida social e política da cidade (Borges, 2014, p. 77-78, grifo do autor).

Um dos professores cotianos, José Custódio de Queiroz, passou por cinco escolas locais, em diferentes bairros. Certamente, estes deslocamentos lhe favoreceram grande conhecimento sobre o município, o que possivelmente impactou o exercício de suas funções como delegado de polícia e juiz de paz.

Operando com o conceito de ‘desconforto’, Dayana Lima (2014) investigou os motivos de afastamentos dos professores públicos primários efetivos de Recife e Olinda entre 1860 e 1880 e concluiu que era um fenômeno comum nesses municípios, sendo as remoções e licenças médicas (estas, sobretudo, de professoras)

os principais motivos. Lima entendeu como desconforto “[...] as problemáticas práticas descritas pelos poderes públicos em relação às necessidades de afastamento do docente no exercício de seu trabalho” (p. 17-18), observando que as licenças médicas, as transferências de escola, faltas ao trabalho, substituições de professores e os casos de abandono eram corriqueiros na vida docente.

Segundo as fontes coligidas, em Cotia, o fenômeno do ‘desconforto’ também esteve presente entre os professores, especialmente entre os professores dos bairros, que se transferiram, em geral, com menos de quatro anos de exercício do cargo. As transferências possivelmente tinham relação com a característica de bairros caipiras, marcados pela rusticidade, pelo mínimo social e mínimo vital (Candido, 2001a). Os professores preferiam se remover para outros municípios, para a vila ou para bairros mais próximos dela. Dos 14 professores apresentados, oito permaneceram lecionando em Cotia. Seis foram para outros municípios, indiciando que talvez Cotia fosse um lugar de passagem à espera de um local mais oportuno para lecionar. O ‘desconforto’ se apresentou também nos afastamentos para cuidar de enfermidades, como no caso de Analia Franco, que foi para a Corte tratar de uma dispepsia; de Joaquim Chrispim que tirou licença de 40 dias, além de outros professores com licenças mais curtas.

Percorrer um pouco da trajetória desses professores mostrou-se uma eficiente forma de aproximação e compreensão das especificidades das práticas de escolarização de Cotia no terceiro quartel do Oitocentos. Nessa composição de personagens, identificamos a presença de professores até então anônimos e também da consagrada professora Anália Franco, que atuou no município, em passagem desconhecida por uma historiografia da educação focada em figuras de maior visibilidade.

REFERÊNCIAS

Almanach da Província de São Paulo. (1886). p. 397

Almanach Administrativo, Commercial e Industrial. (1885). p. 490.

Almanach Administrativo, Comercial e Industrial da Provincia de São Paulo. (1884).

Arquivo Público do Estado de São Paulo [APESP]. Série Instrução Pública – Manuscritos. Lata de Ofícios Diversos da Instrução Pública de Cotia e de outros municípios, número de referência CO5044, Relatório de inspetor de distrito de 1869.

Arquivo Público do Estado de São Paulo [APESP]. Série Ofícios Diversos, Ofícios Diversos de Cotia, ref. CO1007. Ofício da Câmara Municipal de 30 jun. 1858.

Arquivo Público do Estado de São Paulo [APESP]. Série Instrução Pública – Manuscritos. Lata de Ofícios Diversos da Instrução Pública de Cotia e de outros municípios, número de referência CO5044. Relatórios dos professores João José Coelho e Maria Joanna do Sacramento de 1 nov 1882.

Arquivo Público do Estado de São Paulo [APESP]. Série Instrução Pública – Livros de Matrícula da Primeira Cadeira Masculina da Vila de Cotia, número de referência EO2230 (1870-1877), EO3182 (1878-1885); e da Cadeira Feminina da Vila de Cotia, ref. EO2234 (1870-1877), EO3030 (1878- 1885).

Arquivo Público do Estado de São Paulo [APESP]. Série Instrução Pública – Livro de Matrícula da Primeira Cadeira Masculina da Vila de Cotia, número de referência EO3030, 1878-1885.

Arquivo Público do Estado de São Paulo [APESP]. Série Instrução Pública – Manuscritos. Lata de Ofícios Diversos da Instrução Pública de Cotia e de outros municípios, Mapas de frequência de 1839, 1843 a 1846, números de referência CO4915 e CO5044.

Arquivo Público do Estado de São Paulo [APESP]. Série Instrução Pública – Manuscritos. Lata de Ofícios Diversos da Instrução Pública de Cotia e de outros municípios, Mapas de frequência de 1839, 1843 a 1846, números de referência CO4915 e CO5044.

Arquivo Público do Estado de São Paulo [APESP]. Série Instrução Pública – Manuscritos. Lata de Ofícios Diversos da Instrução Pública de Cotia e de outros municípios, Mapas de frequência de 1839, 1843 a 1846, números de referência CO4915 e CO5044.

Arquivo Público do Estado de São Paulo [APESP]. Série Instrução Pública – Livros de Matrícula, ref. EO2918, Livro de Matrícula da 2ª Cadeira da Vila de Cotia, 1875-1882.

Arquivo Público do Estado de São Paulo [APESP]. Série Instrução Pública – Livro de Matrícula, ref. EO2230, Livro de Matrícula da Escola Feminina da Vila de Cotia, 1870 a 1879.

Arquivo Público do Estado de São Paulo [APESP]. Série Instrução Pública – Manuscritos. Lata de Ofícios Diversos da Instrução Pública de Cotia e de outros municípios, ref. CO5044.

Arquivo Público do Estado de São Paulo [APESP]. Série Instrução Pública – Manuscritos. Lata de Ofícios Diversos da Instrução Pública de Cotia e de outros

municípios, ref. CO5044. Ofício do Inspetor Geral da I. P. para o Presidente da Província de 21 agosto 1886.

Azevedo, A. R. de. (2010). “Os espíritas e Anália Franco: práticas de assistência e escolarização da infância no início do século XX”. *Cadernos de História Educação*, 9(2), 292-307.

Barra, V. (2005). *Briga de vizinhos: um estudo dos processos de constituição da escola pública de instrução primária na província paulista (1853-1889)* (Tese de Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Borba, F. S. (Org.) (2004). *Dicionário Unesp do português contemporâneo*. São Paulo, SP: Editora Unesp.

Borges, A. (2014). *A urdidura do magistério primário na Corte Imperial: um professor na trama de relações e agências* (Tese de Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Borges, A., & Vidal, D. G. (2016). Racionalização da oferta e estratégias de distinção social: relações entre escola, distribuição espacial e família no Oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo). *Revista Brasileira de História da Educação*, 16, (2 [41]), 175-201.

Brasil (Império). (1871). Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Lei do Ventre Livre. Recuperado de:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm

Brasil Batismos, 1688-1935. (1833, 02 de fevereiro). FamilySearch, registro de nascimento de Joao Coelho. Cotia, SP. Recuperado de:

<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XJPB-QXJ>

Brasil Casamentos, 1730-1955. (1873, 08 de novembro). FamilySearch, registro de Casamento de Joao Jose Coelho e Maria Joanna Do Sacramento. Cotia, SP. Recuperado de:

<https://familysearch.org/pal:/MM9.1.1/V2KW-T22>

Candido, A. (1992). *A vida ao rés-do-chão*. In A. Candido, A. (Org.). *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil* (p. 13- 22). Campinas, SP: Ed. Unicamp.

Candido, A. (2001a). Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo, SP: Editora 34.

Candido, A. (2001b). Entrevista com o autor sobre os caipiras. In I. G. Ferraz (Dir.). Intérpretes do Brasil. Documentário/DVD duplo.

Chalhoub, S., Neves, M. de S., & Pereira, L. A. M. (Orgs). (2005). História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas, SP: Ed. da Unicamp.

Correio Paulistano. (1869, 15 de maio).

Correio Paulistano. (1873, 20 de dezembro). p.2.

Correio Paulistano. (1874, 12 de fevereiro). p.2.

Diário de São Paulo. (1875, 30 de novembro). p. 3.

Correio Paulistano. (1876, 4 maio). p. 2.

Correio Paulistano. (1884, 12 de março). p. 3.

Correio Paulistano. (1885, 27 de maio). p. 2.

Correio Paulistano. (1887, 21 de agosto). p. 2.

Correio Paulistano. (1888, 25 de setembro). p. 1.

Correio Paulistano. (1922, 8 de novembro). p. 5.

Diário de São Paulo. (1872, 23 de agosto). p. 3.

Diário de São Paulo. (1871, 05 de julho). p. 2.

Diário de São Paulo. (1876, 19 de agosto). p. 1-2.

Ginzburg, C., & Poni, C (1991). O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: C. Ginzburg, E. Castelnuovo & C. Poni (Org.). A micro-história e outros ensaios (p.169-178). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.

Gouvêa, M. C. S. (2003). Os fios de Penélope: a mulher e a educação feminina no século XIX. Anais da 26ª Reunião Anual da Anped. Poços de Caldas, MG.

Hilsdorf, M. L. S. (1999). *Tempos de escola: fontes para a presença feminina na educação de São Paulo - século XIX*. São Paulo, SP: Ed. Plêiade.

Hilsdorf, M. L. S. (2003). *À Sombra da Escola Normal: achegas para uma outra história da profissão docente*. In *Anais do 25º ISCHE, International Standing Conference for the History of Education*, São Paulo, SP.

Hilsdorf, M. L. S. (1998). *Mestra Benedita ensina primeiras letras em São Paulo (1828-1858)*. Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. *Leitura e Escrita em Portugal e no Brasil, 1500-1970 (Vol. II, p. 521-528)*. Porto, PT.

Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo [IGC]. (1995). *Municípios e distritos do Estado de São Paulo*. São Paulo, SP: IGC.

Levi, G. (2000). *Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Lima, D. R. P. (2014). *Sinais do “desconforto” no exercício da docência pública em Recife e Olinda (1860-1880)*(Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Lodi-Correa, S. (2009). *Anália Franco e sua ação socio-educacional na transição do Império para a República*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Monteiro, E. C. (2004). *Anália Franco: a grande dama da educação brasileira*. São Paulo, SP: Madras.

Moraes, F. (2015). *O processo de escolarização pública na Vila de Cotia no contexto cultural caipira (1870-1885)* (Dissertação de Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Munhoz, F. G. (2012). *Experiência docente no século XIX: trajetórias de professores de primeiras letras da 5ª comarca da Província de São Paulo e da Província do Paraná* (Dissertação de Mestrado em educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Munhoz, F. G., & Vidal, D. G. (2014). *Experiência docente oitocentista e transmissão familiar do magistério na 5ª Comarca da Província de São Paulo*. *Anais do 10º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação* (p. 1-17), Curitiba, PR. Publicado em MUNHOZ, F. G; VIDAL, Diana Gonçalves. *Experiencia docente y transmisión familiar del magisterio en Brasil*. *Revista Mexicana de Historia de la Educación*, v. III, p. 125-157, 2015.

Ofício do inspetor de instrução pública ao Insp. Geral. (1874, 19 de janeiro).

Oliveira, E. C. (2007). Anália Franco e a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva: idéias e práticas educativas para a criança e para a mulher (1870 - 1920) (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade São Francisco, Itatiba.

Pedigree resource file [Arquivo de recursos de linhagem]. (2017). FamilySearch, Guilhermina /Leite de Carvalho. Recuperado de:
<https://familysearch.org/ark:/61903/2:2:SPDP-MT8>

Petrone, P. (1995). Aldeamentos paulistas. São Paulo, SP: Edusp.

Pinto, A. M. (1900). A cidade de S. Paulo em 1900: impressões de viagem. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional.

Portela, D. (2016). A trajetória profissional da educadora Anália Emília Franco em São Paulo (1853-1919) (Tese de Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Salambô. (1872, 27 de outubro). Sobre o que vae pela Paulicéa - VII. Correio Paulistano. p. 2.

São Paulo (Estado). (1874). Regulamento de 18 de abril de 1869 – para Instrução Pública e particular da Província. São Paulo, SP: Tipografia Correio Paulistano.

São Paulo (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. (1874). Lei nº 9 de 22 de março de 1874. Recuperado de:
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1874/lei-9-22.03.1874.html>

São Paulo (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. (1846). Lei nº 34, de 16 de março de 1846. Recuperado de:
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1846/lei-34-16.03.1846.html>

São Paulo. Assembleia Legislativa. (1874). Resolução nº 57. Recuperado de:
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1874/resolucao-57-28.04.1874.html>

São Paulo. Assembleia Legislativa. (1886). Resolução nº 136. Recuperado de:
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1886/resolucao-136-08.06.1886.html>

Silva, A. M. P. (2007). Processos de construção da escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX. Recife, PE: EdUFPE.

Vidal, D. G. (2010). A docência como uma experiência coletiva: questões para debate. In A. Dalben, J. Diniz, L. Leal & L. Santos (Orgs.), *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: didática, formação de professores, trabalho docente* (p. 711-734). Belo Horizonte, MG: Autêntica.

Wissenbach, M. C. (1998). *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)*. São Paulo, SP: Hucitec.

FERNANDA MORAES é historiadora e Mestre em Educação na área de História da Educação pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora de História do Estado de São Paulo.

E-mail: fmoraess@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6819-6618>

DIANA VIDAL é professora titular de História da Educação na Universidade de São Paulo. Diretora do Instituto de Estudos Brasileiros (USP). Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação – NIEPHE. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. Membro do Comitê Executivo da International Standing Conference for the History of Education - ISCHE.

E-mail: dvidal@usp.br
<http://orcid.org/0000-0003-0207-943X>

Recebido em: 13.11.2017

Aprovado em: 09.08.2018

Como citar este artigo: Moraes, F.; & Vidal, D. (2018). Professores e professoras públicas de primeiras letras em Cotia (SP, 1870-1885): Trajetórias docentes e estratégias do ofício de ensinar. *Revista Brasileira de História da Educação*, 18(48). DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v18.2018.e034>

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).